



Documento Assinado Digitalmente por: LEONARDO CARNEIRO TEOBALDO
Acesse em: <https://etc.tepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8a79301b-7de7-443b-82e9-2ebd864e600b

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Exercício Financeiro 2014

1. APRESENTAÇÃO

Considerando as incumbências do Órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, com auxílio da consultoria contratada para apoio na



execução de rotinas de controle interno, foram analisados os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pela sua Administração, bem como os registros contábeis e as demonstrações contábeis. Considerando que além de atender a uma exigência legal, o controle interno do Poder Legislativo da cidade de Nazaré da Mata não atua somente na função fiscalizadora, e sim como órgão de apoio ao gestor, buscando maior segurança nas decisões de forma prévia, concomitante e subsequente, demonstraremos a seguir o seguinte relatório de controle interno, referente ao exercício financeiro de 2014.

Mediante controle, foram efetuadas as checagens, resultando neste Relatório de Controle Interno. Verificamos as demonstrações contábeis, como por exemplo, o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, licitações e contratos administrativos, registro de ponto de servidores comissionados e efetivos e análise dos bens móveis desta Casa, itens que serão detalhados a seguir.

2. CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

2.1. APLICAÇÃO E CONTROLE DOS GASTOS COM PESSOAL

Com base nos demonstrativos contábeis, considerando as exigências da LC 101/00 quanto aos limites para Gastos com Pessoal, efetuamos as apurações conforme determinação legal, considerando o período de 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014).

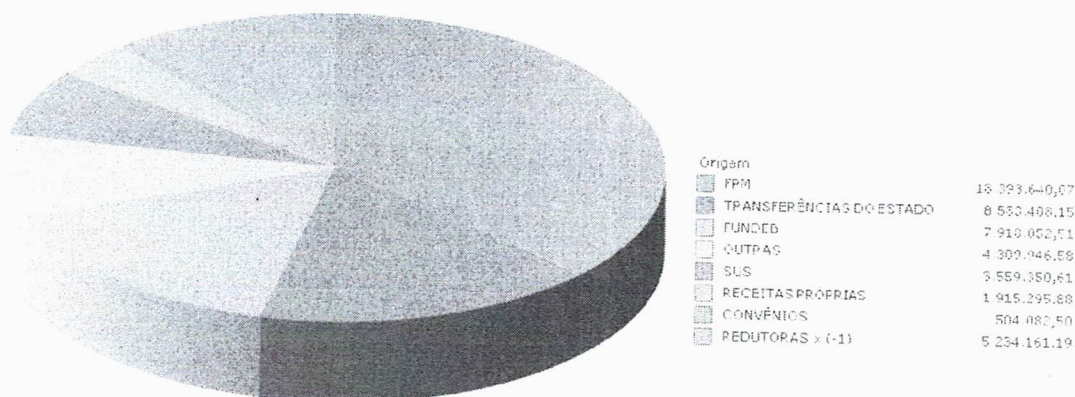
Identificamos que na apuração referente ao exercício financeiro 2014, com data base de dezembro/14, os gastos com pessoal do Poder Legislativo comprometeram 3,24% da receita corrente líquida do município que foi de R\$ 39.949.615,11 (trinta e nove milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quinze reais e onze centavos)¹, conforme demonstração abaixo:

ORIGEM	RECEITA ARRECADADA
FPM	18.393.640,07
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	8.583.408,15
FUNDEB	7.918.052,51
OUTRAS	4.309.946,58
SUS	3.559.350,61
RECEITAS PRÓPRIAS	1.915.295,88
CONVÊNIOS	504.082,50
REDUTORAS X (-I)	5.234.161,19
Total da Receita Líquida Arrecadada	39.949.615,11

¹ Disponível em: <http://cidadao.tce.pe.gov.br/portalcidadao/>. Acessado em 12/03/2015.



GRÁFICO DA RECEITA ARRECADADA ATÉ DEZEMBRO DE 2014



Fonte: Portal do Cidadão do TCE/PE.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL (Janeiro a Dezembro de 2014)

	Efetivo (R\$)	Comissionado (R\$)	Inativo (R\$)	Vereadores (R\$)	Total por Mês
Janeiro	15.777,39	8.120,00	724,00	84.000,00	
Fevereiro	16.662,33	6.690,00	724,00	84.000,00	
Março	16.799,40	6.690,00	724,00	84.000,00	
Abril	17.294,13	8.190,00	724,00	84.000,00	
Maio	16.292,60	6.660,00	724,00	84.000,00	
Junho	16.547,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Julho	17.042,33	6.000,00	724,00	84.000,00	
Agosto	16.547,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Setembro	18.652,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Outubro	16.547,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Novembro	16.547,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Dezembro	16.547,60	6.000,00	724,00	84.000,00	
Total	201.258,78	78.350,00	8.688,00	1.008.000,00	1.296.296,78

DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE PESSOAL (Art. 20, III, a, LRF)

TÍTULOS	VALOR(R\$)	%
Receita Corrente Líquida (A)	39.949.615,11	100
Limite máximo (Art. 20, III, a, LRF)	2.396.976,90	6,00
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (B) (percentual = B/ A x 100)	1.296.296,78	3,24

Diante do exposto, cabe-nos ressaltar que os gastos com pessoal vêm respeitando o limite definido em lei de 6,00% da receita corrente líquida municipal.



(Caso os gastos com pessoal estejam acima do limite permitido, deve-se observar as providências necessárias para recondução dos gastos ao limite, conforme pressupõe a LC 101/00).

2.2. GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO

RECEITA DO PODER LEGISLATIVO EM 2014

MÊS	VALOR (R\$)
Janeiro	170.000,00
Fevereiro	168.800,00
Março	169.400,00
Abril	169.400,00
Maio	169.400,00
Junho	169.400,00
Julho	169.400,00
Agosto	169.400,00
Setembro	169.400,00
Outubro	169.400,00
Novembro	169.400,00
Dezembro	178.813,52
Total Receita 2014	2.042.213,52

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO (Janeiro a Dezembro de 2014)

TÍTULOS	VALOR(R\$)	%
Total de recursos recebidos pela Câmara no exercício (A)	2.042.213,52	100
Limite máximo da folha de pagamento (B)	1.429.549,46	70
Valor total da folha de pagamento no exercício (excluindo encargos, inativos, pensionistas e verba de representação) (C) (percentual = C/A x 100)	1.296.296,78	63,47

O demonstrativo comprova que a Câmara obedeceu ao limite máximo de 70% (setenta por cento) de suas receitas com a folha de pagamento, não contrariando, portanto, o § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

Outrossim, como já dito no relatório de controle interno dos últimos anos, consta na folha de pagamento do Poder Legislativo de Nazaré da Mata uma servidora inativa



percebendo os respectivos proventos de aposentadoria pelos cofres da Câmara Municipal. Trata-se da servidora LINDASELVA MARIA DE ARAÚJO PEREIRA, aposentada pela Portaria de nº 016/92. Após nova verificação, e apesar de já devidamente alertado, tal equívoco ainda persiste.

Registre-se que em 2013, o órgão central de controle interno diligenciou para encaminhar a mencionada servidora à Receita Federal do Brasil, para fins de recebimento de proventos de aposentadoria diretamente por este órgão. Porém, tal benefício fora negado pelo mencionado órgão federal.

Assim, recomendamos que o ordenador de despesas do Poder Legislativo de Nazaré da Mata provoque a assessoria jurídica da Casa para que esta diligencie junto a União, mediante ação judicial própria, para fins de aposentação da mencionada servidora.

Destarte, no exercício 2014, o servidor público efetivo ALTAIR MARCOLINO DA SILVA requereu à presidência da Casa a implantação, em seus vencimentos, do adicional de tempo de serviço correspondente a 04 (quatro) quinquênios, completados em 29 de agosto de 2011. Pleiteou, ainda, a indenização dos valores devidos pela Câmara Municipal referente aos quinquênios não concedidos ao servidor, desde o mês de maio de 2009.

Ademais, o pleito do mencionado servidor repousou sob o argumento de que a Emenda Constitucional Estadual de nº 16/99, que extinguiu no âmbito estadual o pagamento de quinquênio aos servidores públicos estaduais, não teriam o condão de extinguir automaticamente, sem edição de lei municipal, o pagamento de tal gratificação aos servidores do município de Nazaré da Mata.

Há de se reconhecer que a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, especificamente nos autos do Agravo de Instrumento de nº 193543, entendeu ser arbitrária a supressão automática de tal gratificação por municípios que estabeleceram, por lei municipal, o pagamento de quinquênio aos seus servidores.

Destarte, no âmbito do município de Nazaré da Mata, o dispositivo que implementaria o pagamento do quinquênio, sequer, fora sancionado, à época, pelo Prefeito Municipal. Trata-se do dispositivo “VETADO” da Lei Municipal de nº 04/91, especificamente o Art. 1º, III.

Portanto, no entender deste órgão central de controle interno, o julgado do TJPE, acima referenciado, é inservível para o pleito do servidor ALTAIR MARCOLINO DA SILVA. Portanto, ilegal o deferimento de tal benefício e passível de apontamento pelo



TCE/PE. Assim, recomenda este órgão central de controle interno a imediata anulação do ato administrativo em questão.

Por fim, importante registrar que o Tribunal de Contas de Pernambuco, nos autos do processo de auditoria da folha de pagamento do Poder Legislativo de Nazaré da Mata, exercícios financeiros 2009 e 2010, TC nº 1106858-9, decisão datada de 20/04/2014, recomendou ao gestor desta Casa Legislativa o seguinte, *in verbis*:

“O levantamento das necessidades de pessoal do Poder Legislativo, com fins de proceder ao devido concurso público, observando a legislação que rege a contratação de pessoal, em especial os preceitos constitucionais.”

Desta forma, este órgão central de controle interno recomenda ao gestor desta Casa que, já para o exercício financeiro 2015, seja determinada a instauração de processo administrativo objetivado verificar a necessidade de contratação de mão de obra técnica especializada, mediante promoção da apropriada modalidade de licitação, ou seja, concurso público.

2.3. EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS – RECEITA X DESPESA

Um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal é o equilíbrio das contas públicas. Para que qualquer entidade pública chegue à situação de equilíbrio, o principal fator a ser cumprido é que sua arrecadação suporte a execução orçamentária/financeira. Identificamos com base nos demonstrativos contábeis as seguintes informações: Os recursos transferidos pelo Poder Executivo totalizaram R\$ **2.042.213,52** (dois milhões quarenta e dois mil duzentos e treze reais e cinquenta e dois centavos) para os meses de janeiro a dezembro de 2014.

O total estimado da receita orçada, ou seja, 100% de um total estimado para o ano de 2014 é de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais). A despesa orçamentária paga até o mês de dezembro foi de R\$ **2.042.213,52** (dois milhões quarenta e dois mil duzentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, 83,35 % de um total estimado para o ano de 2014.

2.4. SUBSÍDIO DOS VEREADORES

LIMITE MÁXIMO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES (Jan a Dez de 2014)

TÍTULOS	VALOR(R\$)	%
Subsídios dos deputados estaduais (A)	R\$ 20.042,35*	100%
Valor máximo de acordo com a população do	R\$ 6.012,70	



município* (B = A * X%)		30%
Valor do subsídio dos vereadores (C) (percentual = C/A x 100)	R\$ 6.000,00 **	29,93%

* LEI ESTADUAL de nº 14.259, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

** Valor fixado pela Lei Municipal nº 254/2012, respeitando o princípio da anterioridade.

O demonstrativo comprova que o subsídio dos vereadores obedece ao limite máximo de 30% (Trinta por cento) em relação ao subsídio dos deputados estaduais, não contrariando, portanto, o inciso VI do art. 29 da Constituição Federal.

2.5. GASTOS COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES (2014)

TÍTULOS	VALOR(R\$)	%
Receita total do município até dezembro de 2014	39.949.615,11	100 %
Limite máximo permitido em 2014	1.997.480,75	5%
Total da remuneração dos vereadores de Janciro à Dezembro de 2014 (executado e previsto)	1.014.000,00	2,53 %

O demonstrativo comprova que os gastos com a remuneração dos vereadores obedeceram ao limite máximo de 5% (cinco por cento) da receita municipal, não contrariando, portanto, o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

3. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO PODER LEGISLATIVO DA CIDADE DE NAZARÉ DA MATA

3.1. REGISTRO DE PONTO DE SERVIDORES

Foi observado que a Câmara Municipal de Nazaré da Mata tem seguido o disposto na portaria de nº 037/2011, que tem como objetivo o controle e registro de ponto de servidores. Tal procedimento evidenciou os princípios constitucionais da moralidade administrativa e eficiência.



Ademais, foi observado por este órgão que tal controle de ponto é feito de forma manual, porém de forma satisfatória. Registre-se que, semanalmente, este órgão de controle promove verificações no tocante ao registro dos funcionários desta Casa.

3.2. DOCUMENTAÇÃO DE SERVIDORES (Efetivos e comissionados)

Quanto a este item foi observado que o Poder Legislativo da cidade de Nazaré da Mata possui cadastro atualizado de seus servidores comissionados e efetivos. Porém, recomendamos, para o exercício financeiro 2015, que o chefe do Poder Legislativo determine que o departamento pessoal promova nova atualização das pastas funcionais, solicite aos servidores desta Casa a cópia dos seguintes documentos: identidade, CPF, comprovante de residência, título de eleitor e declaração de não cumulação de cargo público.

3.3. DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Foi observado que o Poder legislativo da cidade de Nazaré da Mata promoveu os devidos processos licitatórios antes da assinatura dos contratos administrativos firmados durante o ano de 2014. Até a presente data nenhuma irregularidade foi constatada. Seguem acostados a este relatório demonstrativos de licitações e contratos de 2014.

4. CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AS VERIFICAÇÕES EM ÓRGÃOS E SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1. COMPRAS/ALMOXARIFADO

Seguindo orientação desse Órgão de Controle Interno, bem como sugestão do TCE-PE por ocasião de inspeção no Legislativo, foi implantado o serviço de compras e almoxarifado, que já está sendo executado.

4.2. PATRIMÔNIO

Recomendamos que o ordenador de despesa, para o exercício 2015, determine a atualização do inventário de bens móveis do Poder Legislativo de Nazaré da Mata.



4.3. CONTABILIDADE

Durante o ano de 2014, de janeiro a dezembro, foi elaborado pelo setor de Contabilidade e acompanhado pelo Controle Interno, a elaboração das informações semestrais do Relatório de Gestão Fiscal endereçado ao Tribunal de Contas do Estado, através do AUDIN e à Secretaria do Tesouro Nacional endereçado à Caixa Econômica Federal através do SISTN. Quanto à análise pelo Controle Interno sobre as atribuições do setor de Contabilidade, estão dentro de uma normalidade, cujos conceitos foram definidos com a implantação de Normas e Procedimentos.

4.4. TESOUREARIA

Durante o ano de 2014, de janeiro a dezembro, não há observações a serem registradas neste relatório no tocante à tesouraria desta casa, estando até a presente data regular.

4.5. SECRETARIA GERAL

O Órgão de Controle Interno auxiliou na elaboração de Pareceres Técnicos de vários Projetos de Leis e Resoluções, com sugestões de emendas, inclusive sendo todas acatadas pelas Comissões da Câmara, e sancionadas pelo Executivo Municipal.

4.6. PROTOCOLO CENTRAL

Foi implantado, desde 2013, e está em funcionamento de forma informatizado.

4.7. DIÁRIAS PARA SERVIDORES E VEREADORES

Observamos que a dotação orçamentária anual para a despesa com diárias civis foi, em 2014, de R\$ 80.000,00 (setenta reais). Foi observado que de janeiro a dezembro de 2014 foram gastos o total fixado de R\$ 88.950,00 (oitenta e oito mil novecentos e cinquenta reais) em diárias para servidores e parlamentares desta casa. Registre-se que fora remanejado, em setembro de 2014, dotação orçamentária suficiente para tal despesa.

Outrossim, fora observado a devida prestação de contas das diárias utilizadas.

Assim, recomendamos que o gestor deste Poder seja diligente e eficiente na concessão de tal indenização, concedendo diárias respeitando os princípios da



moralidade administrativa, economicidade e razoabilidade, sempre observando o princípio da supremacia do interesse público.

4.8. ARQUIVO DE LEIS

O Poder Legislativo da cidade de Nazaré da Mata mantém controle automatizado dos atos normativos municipais (Leis, portarias, resoluções, etc). Tal controle se dá mediante digitalização de todos atos normativos e disponibilização no sítio eletrônico do Poder Legislativo de Nazaré da Mata.

4.9. SÍTIO ELETRÔNICO

O Poder Legislativo da cidade de Nazaré da Mata possui sítio eletrônico na rede mundial de computadores. Nele estão disponibilizados, dentre outras informações: os contratos administrativos de 2014, os empenhos de 2014, leis municipais, notícias institucionais e história de Nazaré da Mata.

4.10. OUTRAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Além das atividades já relatadas, este Controle Interno acompanhou a implantação da nova Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e do Manual de Normas e Procedimentos a fim de facilitar o funcionamento dos órgãos e sua fiscalização.

O controle das ligações telefônicas bem como controle efetivo sobre as cópias xerográficas foram providenciados, em formulários próprios e acompanhados os gastos pela presidência e por esse Controle Interno.

5. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Não há débitos previdenciários no exercício financeiro 2014, conforme documentos acostados.

Destaque-se que, este órgão central de controle interno após verificar divergências entre os valores constantes nas GPS, SEFIPs e valores efetivamente



recolhidos pelo Poder Executivo a título de contribuição previdenciária² (retidos + patronal), em 10/09/2014, oficiou o Sr. Luiz Câmara Simões, do SECAT (Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário – Receita Federal do Brasil), ofício de n.º 006/2014, com cópia para a Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata, relatando tal situação. Porém, até a presente data, nada fora respondido nem pela SECAT, tampouco pela Prefeitura Municipal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atenção às exigências legais, notadamente o art. 31, 70 e 74 da Constituição Federal e regulamentação própria desta Unidade Federativa, e à vista dos elementos que integram o presente relatório de gestão anual, de janeiro a dezembro de 2014, que integrará o processo de Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Vereadores de Nazaré da Mata, e tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no presente Relatório, RECOMENDO que o gestor observe o disposto neste relatório e promova as ações retificadoras apresentadas neste relatório anual para que possa reunir condições de submeter a sua prestação de contas anual (2014), em 31/03/2015, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Nazaré da Mata, 18 de Dezembro de 2014.

VLADEMIR BERNARDO DA SILVA JUNIOR

Controlador

² Importante registrar que os repasses das contribuições previdenciárias deste Poder são efetuados diretamente pela Prefeitura Municipal, mediante desconto no FPM, tudo nos moldes do Art. 24, Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15/12/2009.